

Corte em estatal completa ajuste fiscal

Zuleika de Souza 10.9.98



Bier: "Os gastos de custeio e investimento serão nosso mecanismo de sintonia fina"

Os investimentos das estatais terão mais um corte de R\$ 900 milhões neste ano para complementar as receitas exigidas pelo ajuste adicional de R\$ 5 bilhões nas contas do setor público exigido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Os recursos para os investimentos das estatais federais já haviam sido reduzidos em R\$ 2,7 bilhões no pacote que o governo lançou no final do ano passado para atender às metas originais acordadas com o Fundo.

O novo corte, e os R\$ 400 milhões que o governo espera arrecadar em 1999 com a cobrança da contribuição previdenciária dos militares (veja matéria na página 14), a partir de setembro, completam o conjunto de medidas para garantir o cumprimento das metas fiscais negociadas com o FMI, segundo informou ontem secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier.

No entanto, ele não descartou novas medidas para compensar

frustrações de receitas. "As medidas já anunciadas são suficientes para produzir o resultado pretendido nas finanças do setor público, mas os gastos de custeio e investimento serão nosso mecanismo de sintonia fina", disse Bier.

META

O ajuste adicional de R\$ 5 bilhões no resultado das contas públicas elevou a meta do superávit primário (receitas menos despesas, exceto pagamento de juros da dívida pública) da União, estados, municípios e estatais neste ano. Essa meta, que reflete a economia de recursos públicos e no acordo original era de R\$ 23,4 bilhões (2,6% do Produto Interno Bruto — PIB), passou para R\$ 27,9 bilhões (3,1% do PIB).

Segundo Bier, a meta de superávit primário será revisada constantemente para incorporar receitas adicionais do governo federal em decorrência de decisões favoráveis do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre casos pendentes de eliminação

de isenções de Imposto de Renda sobre ganhos de capital e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Das medidas que compõem o ajuste adicional de R\$ 5 bilhões, apenas a criação da contribuição previdenciária para os militares depende de aprovação no Congresso. As demais medidas já foram anunciadas pelo governo: a redução da folha de salários (R\$ 1,4 bilhão), o fim do resarcimento do Pis-Cofins das exportações (R\$ 1 bilhão) e a mudança na fórmula de cálculo do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de crédito (R\$ 3 milhões).

Além dessas medidas, o governo conta ainda nas receitas para este ano com R\$ 1 bilhão de aumento no saldo da conta-petróleo decorrente do último reajuste nos preços dos combustíveis. A conta-petróleo é um fundo do Tesouro Nacional que financia os subsídios ainda existentes nos preços dos combustíveis.